

Do Argumento ao Consenso através da Linguagem – Heidegger e a Hermenêutica do Cotidiano a partir de alguns Tópicos de *Sein und Zeit*

Wellington Amancio da Silva (Universidade do Estado da Bahia –
Universidade Federal de Alagoas - Grupo de pesquisa Ecologia Humana – CNPq)

Hermenêutica não significa a teoria da arte de interpretação ou a própria interpretação, mas sim a tentativa de definir antes de tudo a natureza da interpretação no terreno da hermenêutica.

Martin Heidegger, “Um Diálogo sobre a Linguagem”

Introdução

Se estivermos de acordo que o sujeito é, em sua natureza, um animal político (□ □νθρωπος φύσει πολιτικ□ν ζ□ον), então, o primado *deste* animal “capacitado de palavra” (ζ□ον λόγον □χον) se realiza apenas na condição de coautoria do mundo em seus significados e, na práxis intersubjetiva da linguagem como possibilidade discursiva e possibilidade de lida, agir no mundo em parceria, isto é, com o outro. Antes, em face da existência, o *argumento suscitado* é parte da permissão dada ao sujeito de ser ouvido e de ser entendido, assim como ao engajamento de ouvir e se debruçar sobre os sentidos do outro, num diálogo, isto é, no âmbito das possibilidades e esforços *do compreender*¹; esta relação é um estado *em aberto* de concordância.

Diante do λόγον, em sua essência dialógica, apenas autoria, em seu sentido pleno, é uma contradição. O liame do entendimento que conecta os sujeitos é complexo, nos deteremos apenas no liame da linguagem que é, em seu turno, a dimensão essencialmente racional da existência.

Em vista disso, o objetivo desse trabalho é discutir as possibilidades da linguagem por meio de uma abordagem fenomenológica, de perspectiva *existencial situada*, determinante à presença/sentido do mundo, entre os sujeitos. Assim sendo, observar-se-á o conceito de *argumento e consenso* como os dois pilares dos diálogos “políticos” cotidianos, bem como das possibilidades do *logos*, isto é, do Diálogo - enquanto uma “faculdade” que corrobora para a sua própria ontologia, compartilhadas nos contextos do mundo da vida, em coautoria.

Destaca-se a valorização dos aspectos intersubjetivos da apreensão do *Ser Implicado na linguagem (Dasein)* e suas representações constitutivas e constituídas, através dos modos de inteligibilidade (hermenêutica, representação, discurso), como *abertura* e acessibilidade para mundo, lugar de copertença, isto é, da feição política do ζ□ον λόγον □χον.

O consenso e a linguagem do animal político

Argumentos levantam questões que, mesmo problemáticas em suas representações da linguagem, por si só, vão ocasionando consensos, isto é, o *primeiro* “consenso” de que há um problema explicitado na composição do conceito apresentado pelos argumentos discursivos interessados dos sujeitos e, o *segundo* consenso que, em seu contexto particular, pode representar as condições de *passividade* (a) ou de *atividade* (b), em que o outro: a) decide abrir-se ou permite receber o *caso* do sujeito; b) em que, cada um dos sujeitos, afirma seu caso sem

¹ Adotamos a expressão “do compreender” e não “compreensão”, visto que a primeira, estando no infinitivo, resolve nosso problema de conceituação da das interações *em aberto* entre sujeitos da linguagem.

negar o caso do outro-sujeito, condição de pré-ocupação com o “*fremden Seelenlebens*”, isto é, com a “vida do espírito de outrem” (SZ, § 26, p.125), como “desarmar-se” em face do “insondável espírito de honestidade”. Com isso, Habermas (2012) expõe que, no processo de sua leitura, “argumentos são meios com os quais é possível obter o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão de validade levantada pelo proponente de forma hipotética”. (p. 16). Mas, antes, é preciso *retomar* de ponto de vista “suspeito”, isto é, “negativo”, a questão do “insondável espírito de honestidade” aí implicado e idealizado, por vezes, automaticamente num diálogo pretencioso². Por exemplo, Lyotard (2008) nos esclarece profundamente a questão das variáveis aí implícitas ao nos apresentar que “todo consenso não é indicativo de verdade; mas, supõe-se que a verdade de um enunciado não pode deixar de suscitar o consenso” (p.45). Destarte, “é possível definir uma origem das condições de produção” desses discursos em suas relações simbólicas, o local, a instância, o campo e estatuto onde são produzidos. O lugar onde a “verdade é provada e o consenso suscitado”. Por exemplo, “A enunciação *é verdade*, significa: que ela descobre o ente em si mesmo”. (SZ, § 44, p. 219)³, propõe uma certa autonomia dos sujeitos em suscitar o verdadeiro como o descobrimento de um ente característico de um jogo de linguagem, de um contexto de linguagem, de uma relação política de diálogo, portanto, disto, tomamos o *ente (Seiende)*⁴ é subjetividade. Portanto, segundo Da Silva (2014), é preciso encarar o diálogo como a possibilidade da linguagem como uma condição, isto é, comunicar é condicionar-se com o *outro dos sentidos* em uma aceitação constante e de permuta protagonista/interlocutor. (p.74).

Sabemos bem que o consenso dá-se pelo entendimento da *estrutura* que o compõe, por meio do diálogo, sem necessariamente visar compreender as *estruturas* interessadas do próprio diálogo, isto é, o “insondável espírito de honestidade” dos protagonistas do discurso. Ambas, as estruturas, como representação de formas de significação – é uma racionalização de todo o processo, muito embora ele aconteça sempre no “calor” das divergências e “cindibilidades” ontológicas inerentes à própria vida social. Nesta perspectiva, Maturana (2001) corrobora com a expressão heideggeriana do “*Miteinandersein*”, do *ser-um-com-o-outro* (SZ, § 26, p.124), contribuindo à discussão ao defender que o consenso se refere “as condutas ou a coordenação de condutas que se estabelecem como resultado de estar juntos em interações recorrentes” (p.71), sem a preocupação com aporia do determinismo implícito do “insondável espírito de honestidade”. Por causa desses jogos wittgensteinianos, a “familiaridade no consenso, em face da inerência das divergências e cindibilidades”, nas interações dialógicas, há, portanto, ainda um processo de similitude entre a questão *do que se diz* e a relação com o “objeto” representado *no que se diz com* o autor e como “autor” entre autores que tecem no diálogo seus sentidos, nos jogos das afirmações de poder de significar. Segundo Figal (2000), Heidegger encontra na familiaridade o traço característico da significância (SZ, §18, p.87)

Em seguida, o objeto correlacionado através de conceitos - ao significado e a sua existência própria -, é convencionalizado por meio da interpretação ($\square\rho\mu\epsilon\nu\epsilon\square\epsilon\iota\nu$) à questão (Frage). E sempre identificado enquanto uma problemática em si; o “objeto” sofre uma adequação eidética tanto para linguagem como por meio dela, nos processos hermenêuticos ($\square\rho\mu\epsilon\nu\epsilon\square\epsilon\iota\nu$), no ato da sua leitura (discursos interior) e depois nas exposições aos interlocutores (discurso exterior). Assim, ocorre um ajustamento antes da interação empírica como processo de conhecimento do mundo. Heidegger intuiu profundamente a questão ao afirmar que É apenas sob uma condição de um ambiente muito artificial e complicado que se pode “ouvir” um “ruído puro”. (SZ, § 34, p. 164).⁵

² Quanto à honestidade do diálogo, no justo desta ontologia das interações, é a materialidade da coautoria da vida cotidiana e de seus significados que constroem um diálogo.

³ *Die Aussage ist wahr, bedeutet: sie entdeckt das Seiende an ihm selbst.* (SZ, § 44, p. 219).

⁴ *Seiende*, num sentido mais clarificador, faz também referências mais gerais aos seres (tais como entes, coisa, objetos).

⁵ *Es bedarf schon einer sehr künstlichen und komplizierten Einstellung, um ein "reines Geräusch" zu "hören".* (SZ, § 34, p. 164).

Independente do problema, o argumento é já um componente de familiarização⁶, do *co-gnoscere* que comunica e predica a verdade pressuposta: ao entendê-lo ou refutá-lo, sua composição se mostra inteligível através da linguagem que o representa, com isso, a verdade se torna consenso por meio dos discursos que o demonstram ou a negam, portanto,

O que [a refutação] mostra num raciocínio formal é que pura e simplesmente, quando verificada, a verdade é um pressuposto. Há evidências de que a enunciação de "verdade" é aquele que demonstra seus sentidos após um descobrimento que em si o enunciado é. (SZ, § 44, p. 228)⁷.

O argumento, mesmo ao *formaler Argumentation*, nunca é uma $\square\lambda\eta\theta\epsilon\iota\alpha$, isto é, verdade comunicada em sua forma especular do real (SZ § 44, p 219), mas um conjunto elaborado de aproximações, em uma cadeia de significações articulada, que comporia a idéia do real em seus pressupostos. Igualmente, segundo Da Silva (2014), “entendemos as coisas a partir do que elas são e isso se baseia essencialmente no conceito que construímos sobre o que elas são”. (p. 74).

Diz-se que a linguagem é operação de familiaridade, portanto uma relação segundo Ricoeur (2008, p.42) com a parte do mundo da vida idealizada e idealizadora. Para Heidegger (1967), esse processo de “constituição de familiaridade” (*konstituiert die Vertrautheit*), é uma condição de “poder político”, própria do Dasein em sua configuração mais existencial, em face do mundo, isto é, como um *sujeito do conhecimento* que através da presença do mundo exerce sua aquisição, uma *gewärtigend-behaltende*, isto é, presença aquisitiva de significados de mundo (SZ, § 69, p.354). Logo, político ao possuir, em detrimento ou não do outro, um conjunto de ferramentas facilitadoras dessa *aquisição cognoscitiva* e da possível e, político ao assumir ou instituir para si o papel de sujeito-mediador. Sem a linguagem, perde-se a familiaridade como perda da interação-alteração da consciência com o fenômeno, em suas possibilidades de apreensão e significação, do corpo com o mundo tangível, nas experiências de ocupações práticas, no lidar, como universo de inteligibilidade constituindo-se na linguagem “instituída”.

No cotidiano, a linguagem é tanto mais *familiarizante* quanto mais sua reprodução “adequadora” da existência se confirma no discurso, eis sua primeira chancela – e isso é facilitado em coautoria, com os falantes *conformados* em seu universo teórico próprio, em outras palavras, é o próprio sujeito que clarifica tal familiaridade para as coisas, assim, “Ele é “iluminado” significando: em si mesmo é iluminado, não por outro ente clarificador, mas por sua própria clarificação, *claridade, clareira*. (SZ § 28, p. 133)⁸ corresponde à condição do próprio sujeito da linguagem como referencial e possibilidade de clarificação do mundo para e com o outro, em perder sua autonomia, quando num processo de significação e ressignificação em coautoria. Mas, até aqui, esta “redução” não contempla o todo das intenções do “sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas” (Foucault, 2010, p. 30) são possibilidades.

Quando se fala em cópia (no sentido de *copiam facere scripti*), pensa-se que uma reprodução *apropriada* da realidade é aquela que se aproxima do original em descrição conceptual - talvez mimética -, sem ocasionar, pela extrema sutileza da diferença (*parállaxis*),

⁶ Familiar é à disposição de coisas entre si convencionalizadas pelo entendimento, de modo que seja compatíveis, ou incompatíveis nas similitudes; comunicáveis de alguma forma, distribuídas de maneira que seja possível vê-las e descrevê-las.

⁷ Was sie in formaler Argumentation zeigt, ist lediglich, daß, wenn geurteilt wird, Wahrheit vorausgesetzt ist. Es ist der Hinweis darauf, daß zur Aussage "Wahrheit" gehört, daß Aufzeigen seinem Sinne nach ein Entdecken ist (SZ, § 44, p. 228).

⁸ “Es ist ‘erleuchtet’, besagt: an ihm selbst als In-der-Welt-sein gelichtet, nicht durch ein anderes Seiendes, sondern so, daß es selbst die Lichtung ist” (SZ § 28, p. 133)

distinção aparente entre ambas. Isso é possível? Aparentemente essa aporia se resolveria na vivência do sujeito junto ao mundo em sua descrição anterior, na experiência da intuição primária sobre a razão, na dimensão anterior da própria linguagem, isto é, no ato de *dizer para si*, antes da exteriorização na linguagem. Muito embora a apreensão intersubjetiva do mundo seja o ideal de aproximação de presença e sentido das coisas do mundo.

Antes de dizer aquilo que descreve, a linguagem, que tem a função interativa de exterioridade, concorre com a complexa inter-relação de sentidos e contextos para se aproximar daquilo que descreve, antes de exteriorizá-lo. Segundo Figal (2007), viver na linguagem significa: sempre se aproximar uma vez mais dos limites daquilo que podemos dizer (p.230), uma vez mais, porque a primeira aproximação decorre pelo *Besorgen*, isto é, pela ocupação. Estas apropriações “retêm” as parcelas de significados doados pelos objetos do mundo; não há totalidade de apropriação. Desta perspectiva, Gignon (1983) nos diz que o “[...] ‘significado’ é como o fundo de inteligibilidade que determina como as coisas são postas para serem consideradas ou tratadas por uma cultura” (p. 116).

As inter-relações de sentidos são as possibilidades por meio das quais a significação e a *capacidade de articulação* dos próprios signos e das composições entre os signos se dão, por exemplo, a partir das palavras. Por sua vez, a significação não é apenas um dado, sobretudo é um processo de acordos provisórios como fruto de um “consenso” nas inter-relações de sentidos, empatia (*Einfühlung*) linguística, empatia com o outro no contanto e depois na linguagem.

O que é tão fenomenalmente “primeiro” é uma forma de entender um ao outros, isto é, um modo de *ser-um-com-o-outro*, com efeito, de entendê-lo e ser entendido ao mesmo tempo como aquilo que é “inicialmente” e originalmente auxílio possível para tal condição – a de constituir a relação com os outros. (SZ, § 26, p.125)⁹ e dela constituir um Entendimento.

Esta significação, por meio da palavra, é um dado a favor somente dos sujeitos da linguagem apreendida formalmente com o outro, assim conforme estes avançam, por compreensão, no mundo da vida, em face da intersubjetividade esta compreensão é “Compreender que se estabelece referencialmente”¹⁰, como modificação e domínio da natureza outrora contingencial e outrora inominada. Conforme segue, a significação articulada se constitui e estabelece condições e possibilidades de orientação no mundo da vida, em cada parada reflexiva (da linguagem) a linguagem edifica uma baliza mais ou menos fiel ao real como sua representação e referencialidade no campo Ontológico do consenso. Como pensam no âmbito da formalização, imagina-se que a linguagem não é o oposto da contingencialidade; busca-se o melhor modo de clarificação; porém, qualquer processo de enunciação é polissêmico e ela é a *mostração* (*Aufzeigung*)¹¹ voluntariosa dessa idiosincrasia.

Em síntese...

A linguagem ocorre em uma grande multiplicidade de relações e é um “componente” primário da atividade do conhecimento, e não, como se dizia, secundário. O caráter compreensivo alcançado por meio da linguagem é anterior ao seu caráter explicativo¹². Nas relações de compreensibilidade, isto é, no seu caráter de propiciar compreensão, a linguagem ocorreria antes de tudo, no âmbito do socioemotivo. E, em ordem crescente, a afetividade, a intuição, a familiaridade, o pertencimento, a empatia, a alteridade e a projeção, são instâncias comunicativas da linguagem, como “objeto” naturalizado e não instituído. Trabalham no âmbito do *ainda não* enunciado das relações humanas, portanto, são “naturais” no sentido de que são

⁹ *Was so phänomenal »zunächst« eine Weise des verstehenden Miteinanderseins darstellt, wird aber zugleich als das genommen, was "anfänglich" und ursprünglich überhaupt das Sein zu Anderen ermöglicht und konstituiert.* (SZ, § 26, p.125)⁹.

¹⁰ *gewärtigend-behaltende* (SZ, § 69, p.354).

¹¹ SZ, § 33, p. 155

¹² Heidegger: caráter explicativo, de referir-se a algo (*logos apofantikos*); caráter compreensivo, de entendimento de algo (*logos hermeneutikós*).

anteriores à linguagem formal, ao *formaler Argumentation*; esses “objetos” naturalizados se relacionam em interdependência com a instância explicativa da linguagem – o campo das Ciências Naturais que a circunscreve.

A emoção no campo das interações, entre argumentação e suscitar consenso, é resultante das experiências racionais da linguagem bem como anterior a linguagem. Essas experiências, anteriores às relações de compreensibilidade formais não são antagônicas à razão, são subjetivações dadas como condições de inteligibilidade, no primeiro contato positivo com o objeto, como aquilo que imprescindivelmente possibilita uma “aproximação afetiva” – a lida, o *Besorgen*, isto é, a ocupação.

A subjetivação como aquilo que orienta as relações de compreensibilidade da linguagem assume modos primários – aquilo que percebo (*Seiende*) e aquilo que me faz perceber (*Sprache*). Portanto, a subjetivação é também interação entre forças antagônicas de *sentidos/significados*¹³.

Referências

DA SILVA, W. A. *ASPECTOS DA EXISTÊNCIA SITUADA EM HEIDEGGER*. IN. REVISTA LOGOS & EXISTÊNCIA, N. 3. V. 1 DE 2014.

FIGAL, Güter. *Martin Heidegger: Phänomenologie der Freiheit*, Weinheim, Beltz Athenäum Verlag, 2000

_____. *Oposicionalidade*. Tradução de Marcos Antonio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 8º Ed. Loyola, São Paulo: 2002

GUIGNON, C. B., *Heidegger and the Problem of Knowledge*, Indianapolis, Hackett Publishing Company, 1983.

HEIDEGGER, M. *Sein und Zeit*. Achtzehnte Auflage. Unveränderter Nachdruck der fünfzehnten, an Hand der Gesamtausgabe durchgesehenen Auflage. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2001.

_____. *Ser e Tempo*. Tradução Fausto Castilho. Edição Bilingue. Editora Vozes, 2012.

LYOTARD, J. *A Condição Pós-Moderna*. 10. ed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro: 2008.

RICOEUR, P. *Hermenêutica e Ideologias*. Editora Vozes, Petrópolis: 2008.

¹³ Sentido se fundamenta na condição compreensiva da linguagem, enquanto significados se fundamentam pela condição explicativa.